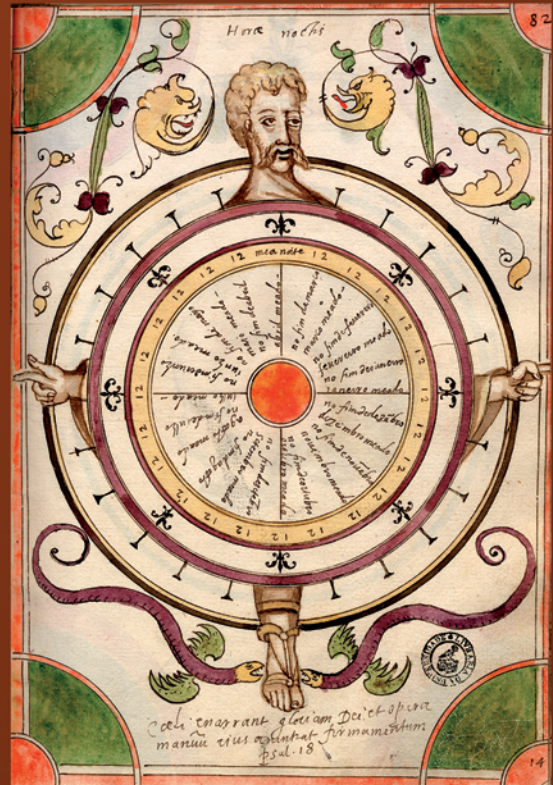


# R

## evista de História da Sociedade e da Cultura



Centro de História da Sociedade e da Cultura  
Universidade de Coimbra

## **Manuscritos Iluminados Quinhentistas da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra**

**Saul António Gomes<sup>1</sup>**

Universidade de Coimbra

Por incorporação, aquisição ou doação, a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra logrou possuir um conjunto de códices manuscritos quinhentistas de inquestionável interesse tanto para os estudos bibliológicos sobre o fazer do livro nesse século remoto, quanto para a elucidação da história nacional. São preciosos os manuscritos medievais que esta Biblioteca conserva, em devido lugar já descritos e apreciados, bem assim o conjunto de códices em papel, da segunda metade de Quatrocentos, em que se projecta o aroma da cultura humanista ocidental que então triunfava na qual, aliás, o amor à erudição, em geral, se preenche por um particular desvelo, senão paixão, pelo livro, manuscrito ou impresso, cada vez mais destinado à leitura individual e, por isso, confinado a dimensões mais manuseáveis e reduzidas, assim acompanhando a peregrinação pelo novo mundo do homem moderno estabelecido pelos cânones antropocêntricos e científicos que o velho marinheiro Rafael e os utópicos de Thomas More não desejavam ignorar.

---

<sup>1</sup> Investigador integrado do Centro de História da Sociedade e da Cultura.

A tipografia refundou a história da leitura e da relação do homem com o livro. Serviu todos os alfabetos e abecedários por mais variadas que fossem as culturas sociais que os suportavam. Ainda em Quatrocentos, anotemo-lo, se imprimiram livros em hebraico e, já em Quinhentos, em árabe, como, por esse mesmo tempo, noutros idiomas e tradições gráficas asiáticas, assim emparelhando os livros do mundo novamente descoberto com os cimélios éditos em grego, em latim e nas línguas romance europeias do tempo.

O livro impresso, contudo, não condenou o livro manuscrito, antes obrigou os antigos escribas e calígrafos a procurarem novas estratégias de afirmação e de projecção da sua *ars scribendi*, concorrendo com aquele pela oferta de livros únicos, irrepetíveis, ao serviço dos poderes cortesãos, de uma comunicação valorizadora do símbolo e do emblemático, a qual procurava, na materialidade e na dimensão dos objectos gráficos, a garantia da perenidade. O conhecido ciclo da Leitura Nova, patrocinado por D. Manuel I, para honra e glória do seu nome e do Reino que senhoriou venturosamente, ilustra muito bem o apreço português quinhentista pelo livro entrevisto como tesouro e como objecto de projecção estética maior, bibliograficamente monumental, dentro e fora de fronteiras, assim servindo as arquitecturas da memória histórica documental e cronística da monarquia.

Nesse esforço se integra toda uma tratadística caligráfica, sobretudo de origem itálica, que convive com as oficinas tipográficas e delas se socorre para mais divulgar as suas propostas, editando princípios teóricos e práticos para a bela arte da escrita.

Lembremos a impressão, em Veneza, no ano de 1514, da obra de Segismondo Fanti, *Theorica et Pratica de modo scribendi fabricandique omnes litterarum*, a que se somam os tratados de Ludovico degli Arrighi, dito Vicentino, autor da *Operina da imparare di scrivere littera cancellerescha* (Roma, 1523-1524) e do *Modo di temperare le penne* (Roma, 1525-1526). Giovannantonio Tagliente, por seu turno, publicaria, em 1524, *La vera arte de lo eccellente scrivere*. Canonizavam-se, com estes e outros tratados, os novos abecedários e os cânones reguladores da arte de fazer bem o livro, que se deseja atraente, claro, didáctico na apresentação da mancha de texto, mas também de elegante decoração e artificiosas colorações.

Testemunhos desse mundo e desse tempo, valiosos pela raridade e unicidade que representam, são os manuscritos quinhentistas iluminados

que a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra oferece: um livro de horas, datável de inícios do século, um conjunto coerente de manuscritos integráveis no conhecido ciclo paleográfico português dito da “Leitura Nova” (caso dos manuscritos dos forais manuelinos de Castelo Mendo e de Almada, do *Livro de Todallas Liberdades da Sancta Confraria da Misericórdia da cidade de Coimbra*, do exemplar da *Crónica de D. Afonso Henriques*, de Duarte Galvão, do *Livro Vermelho de D. Afonso V*, do “Códice” de Bastião Lopes e do das *Tábuas de D. João de Castro*), entre outros mais tardios, como o *Ritual do Baptismo*, oriundo da Sé coimbrã, contando-se, finalmente, no filantrópico legado do Visconde da Trindade, um armorial e três belas cartas espanholas de fidalguia.

### ***O Livro de Horas da Gloriosíssima Virgem Maria***

Enriquece a Biblioteca um conhecido manuscrito com as Horas de Nossa Senhora. Este códice pertence a um género de livros nos quais se recolhiam os textos piedosos, geralmente em latim, adequados à prática religiosa quotidiana de leigos letrados, homens ou mulheres, de elevado nível económico. Chamam-se livros de horas porque o seu núcleo essencial é constituído por uma série de orações e de salmos em honra da Virgem Maria, os quais deveriam ser recitados ao ritmo das horas canónicas de cada dia: Matinas, Laudes, Prima, Terça, Sexta, Nona, Vésperas e Completas.

O Ms. 13 da Biblioteca Geral, com 122 fólios de fino pergaminho, medindo 125 por 165mm, é profusamente ilustrado, apresentando um valioso conjunto de iluminuras historiadas, tarjas e cercaduras delicadas e numerosas iniciais a ouro ou decoradas a cores e ouro, no que se assemelha a outros manuscritos similares reproduzidos nas oficinas librárias europeias desde meados ou finais do *Trecento*. Este maravilhoso códice encontrava-se já na Biblioteca no primeiro terço do Século XIX. Aparece registado em inventários de 1832 e de 1850.

M. Esteves Pereira refere que, das iluminuras do códice, várias haviam desaparecido antes de 1882. Neste ano, segundo o mesmo autor, elas apareceram soltas, à venda, na *Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola*, realizada em Lisboa. O Doutor Joaquim Mendes

dos Remédios, que delas teve conhecimento, e procurou recuperar para a Biblioteca Geral, alude, no entanto, a apenas quatro iluminuras, das quais conseguiria adquirir, depois de muitas diligências e trabalhos, duas delas, pelo preço de 45 mil réis.

O manuscrito estrutura-se nas seguintes secções: Calendário (fls. 1-12v), Ofício da Santa Cruz (fls. 13-16v), Ofício do Espírito Santo (fls. 17-19v), Missa de Santa Maria (fls. 20-26v), Horas de Santa Maria (fls. 27-69), Ofício de Santa Maria próprio do Advento (fls. 70-76), Sete Salmos Penitenciais (fls. 77-83v), Litanias e orações (fls. 83v-90v), Ofício dos Mortos (fls. 91-117), *Obsecro te* (fls. 118-120) e *O Intemerata* (fls. 120-121v).

A decoração dos fólios iluminados lembra influências das oficinas de Bruges. Os temas iluminados são o Calvário (fl. 13v), o Pentecostes (fl. 17v), dando-se preferência ao ciclo da infância de Cristo para a secção com as Horas de Santa Maria, mormente com a representação das seguintes cenas: Anunciação ou Saudação Angélica à Virgem (fl. 27v), Anunciação do Nascimento aos Pastores (fl. 49v), Purificação ou Apresentação no Templo (fl. 56v) e Matança dos Inocentes (fl. 60v). Faltam, assim, as iluminuras que respeitariam aos mistérios da Visitação [fls. 38v-39], Natividade [fls. 45v-46] e Epifania [fls. 52v-53]. Não aparece, igualmente, a iluminura alusiva ao início da Missa de Santa Maria [fls. 19v-20]. O Ofício das Horas de Santa Maria no Advento, por seu turno, abre com a Coroação da Virgem (fl. 70v). Os Sete Salmos Penitenciais mostram o Rei David em oração (fl. 77v). As litanias e orações próprias destacam-se apenas pelas iniciais a ouro e a tinta azul e vermelha, alternadamente. Desapareceram, também, a iluminura com que abria o Ofício dos Mortos [fls. 90v-91] e, eventualmente, a das orações *Obsecro te* e *O intemerata* [fls. 17v-18].

Ainda que manuscrito em escrita gótica librária, não pode datar senão de inícios do Século XVI. De facto, o seu calendário regista, a 20 de Maio, a festa de S. Bernardino de Siena, falecido em 1444 e canonizado em 1450. Mas se, este elemento, por si só, não impediria uma datação ainda quatrocentista para o manuscrito, isso mesmo se ultrapassa porquanto o Domingo de Páscoa foi inscrito, necessariamente por desatenção do copista, como festa fixa em 27 de Março. O Domingo da Ressurreição caiu em 27 de Março nos anos de 1429 e 1440, milésimos que, como acabámos de referir, não se enquadram no *terminus a quo* que terá de cair em ano posterior a

1450. Os anos possíveis, depois dos referidos, são os de 1502 ou 1513. As características do códice não consentem uma cronologia muito posterior, pelo que a sua realização deve datar de um desses anos.

Este Livro de Horas deve ter sido feito em oficina do Norte da Europa, franco-flamenga, mas para encomendante muito provavelmente inglês. Nas festas solenes do seu santoral, inscritas a tinta vermelha, evidenciam-se, pelo carácter excepcional, a de S. Jorge (23 de Abril), padroeiro da Inglaterra oficializado sobretudo a partir de 1415, a de S. Nicolau, bispo (6 de Dezembro) e a de S. Nicásio, bispo de Reims (14 de Dezembro). Todas as demais festas principais são as constantes do calendário litúrgico romano com especial alusão às marianas. Distinguem-no, também, as referências a alguns santos particularmente devocionados no Norte da Europa como S. Servais ou Servácio de Tongres e de Maastricht (13 de Maio), St.<sup>a</sup> Amalberga de Gand (10 de Julho), S. Bertino (5 de Setembro), S. Bavon de Gand (1 de Outubro), S. Gall (16 de Outubro) ou S. Tomás de Cantuária (29 de Dezembro).

O Calendário destaca igualmente os principais santos franciscanos como S. Bernardino de Siena (20 de Maio), Santa Clara (12 de Agosto), S. Francisco (4 de Outubro) e St.<sup>a</sup> Isabel da Hungria (19 de Novembro), que se repetem nas litánias juntando-se-lhe, nestas, Santo António e S. Luís (fls. 85-85v). Também na iluminura com que abre o Ofício do Espírito Santo (fl. 17v), o Pentecostes, foi introduzido um santo frade franciscano, tonsurado e com cordão à cintura, possível alusão a S. Bernardino de Siena. Dificilmente se conseguirá identificar a dama de costas, com o rosto, de perfil, voltado à direita, cabelos descobertos e entrançados, vestindo rico pelote vermelho, de cintura alta, com um cesto pendente no braço esquerdo, apontando com a dextra para o Menino Deus, num figurino já quinhentista, podendo, por hipótese, associar-se esta figura à pessoa para a qual o livro se destinava. Anotemos que a festa do Mártir S. Vicente, especialmente comemorado em Portugal, como sabemos, surge registada no devido dia (22 de Janeiro).

A inserção de S. Nicásio, padroeiro de Reims, como festa maior, poderá apontar para esta cidade como local de fabrico do livro. Por outro lado, a predominância de santos franciscanos e de oragos particularmente venerados pela Ordem de S. Francisco, como St.<sup>a</sup> Catarina de Alexandria

e as festas marianas, mormente a da Imaculada Conceição, e a ausência dos vultos de outras Ordens mendicantes, mas com alusão a outros santos ligados ao estabelecimento de modelos monásticos, como S. Paulo Eremita, Santo Antão Abade, Santo Agostinho, S. Bento de Núrsia e S. Bernardo de Claraval, deixam entrever o peso da espiritualidade seráfica no projecto de encomenda deste livro.

A estrutura litúrgica do ofício das horas marianas é a de Roma, com uma ligeira variante no *capitulum* de Nonas que dá lugar, em vez da oração *In plateis*, à *Sicut cynamomum*, comum, posto que como capítulo de completas, nas tradições de Paris e de Salisbúria. Prevalece em tudo o mais, no entanto, o ritual romano, o qual se explana na seguinte ordenação:

**Initia do Livro de Horas de Nossa Senhora no Ms. 13 da BGUC**

	<b>Horas</b>	<b>Oração</b>	<b>Fls.</b>
<b>Matinas:</b>	Hino Antífona I Leitura II Leitura III Leitura	<i>Quem terra...</i> <i>Benedicta tu...</i> <i>In omnibus...</i> <i>Et sic in Sion...</i> <i>Quasi cedris...</i>	28-38
<b>Laudes:</b>	Antífona Capítulo Hino Antífona	<i>Assumpta est...</i> <i>Viderunt eam...</i> <i>O gloriosa...</i> <i>Beata Dei genitrix</i>	39-45
<b>Prima:</b>	Hino Antífona Capítulo	<i>Memento...</i> <i>Assumpta est...</i> <i>Que est ista...</i>	46-48/212/
<b>Terça:</b>	Hino Antífona Capítulo	<i>Memento...</i> <i>Maria virgo...</i> <i>Et sic in Syon...</i>	50-52
<b>Sexta:</b>	Hino Antífona Capítulo	<i>Memento...</i> <i>In odorem...</i> <i>Et radicavi...</i>	53-55
<b>Nonas:</b>	Hino Antífona Capítulo	<i>Memento...</i> <i>Pulchra es...</i> <i>Sicut cynamomum...</i>	57-58

	<b>Horas</b>	<b>Oração</b>	<b>Fls.</b>
<b>Vésperas:</b>	Antífona	<i>Dum esset rex...</i>	61-65
	Capítulo	<i>Ab inicio...</i>	
	Hino	<i>Ave, Maris stella...</i>	
	Antífona	<i>Beata mater...</i>	
<b>Completas:</b>	Antífona	–	66-69
	Hino	<i>Memento salutis...</i>	
	Capítulo	<i>Ego mater...</i>	
	Antífona	<i>Sub tuum...</i>	

### ***O Livro de Todallas Liberdades***

O Ms. 3124, com o longo título “*Livro de todollas liberdades da Sancta Confraria da Misericórdia da cidade de Coimbra*”, é um códice com 25 fólios em pergaminho, medindo (largura) 210 por (altura) 295mm. Apresenta uma preciosa encadernação que mantém os elementos materiais originais, com planos de madeira cobertos a couro, lavrado a frio e com cinco brochas na capa e na contra-capas, em sautor. Insere um traslado do Compromisso da Misericórdia de Lisboa, de 1498, sucedido pelas cópias de uma série de cartas e alvarás reais relativos ao funcionamento e aos oficiais da Misericórdia lisiponense. Constituindo um texto normativo padronizado, foi este assimilado pela Misericórdia de Coimbra, onde terá dado entrada pouco depois de 1513. De facto, o trabalho de cópia do manuscrito, foi executado por Diogo Facha, público escrivão “*em as cousas que pertencem a dita Comfraria*”, tendo sido “concertado” e validado por João Fernandes, provedor da Misericórdia de Lisboa, no dia 16 de Março de 1513.

Já em Coimbra, o manuscrito foi acrescentado com novas cópias de diplomas, de 1536 e de entre 1614 a 1617. De 3 de Junho de 1615, em Lisboa, por exemplo, é a carta real para que não fossem eleitos por irmãos da Misericórdia coimbrã pessoas da nação dos cristãos-novos (fl. 21v<sup>o</sup>), assim dando nota dos compromissos sociais que iam gerindo as relações de poder nos municípios portugueses desse tempo.

O carácter regulamentador e normativo deste códice observa-se muito bem no aparato da encadernação, muito próxima dos modelos que, no primeiro



quartel de Quinhentos, eram produzidos pela chancelaria real manuelina. O texto compromissório fica disperso pelas laudas pergamináceas, ritmado por elegantes letras maiúsculas capitulares (destaquemos o ornamentado “L” da abertura “*Livro de todallas...*”, no fl. 1) que lembram a produção gráfica tardo-gótica portuguesa, em especial a dos alvares de Quinhentos, em que os calígrafos procuravam monumentalizar as letras maiores dos seus abecedários, ainda de angulosa arquitectura no desenho, prenhes de ornato e geometrismo, permitindo-lhes, assim, numa projecção compósita que busca o enchimento dos fundos, a marcação de espaços, hierarquias e ritmos na impaginação do texto manuscrito.

### *Forais Manuelinos*

Dois forais novos manuelinos originais complementam, de algum modo, o ciclo da Leitura Nova portuguesa representado na Biblioteca Geral de Coimbra. Um deles é o Foral de Castelo Mendo (Ms. 27), promulgado por D. Manuel, em Santarém, a 1 de Junho de 1510, cujo manuscrito, ainda em 1828, se encontrava no seu município de origem, averbando-se nele correições efectuadas, justamente na sede deste antigo e extinto concelho, entre os anos de 1815 e 1828. O códice, com 200 por 295 mm, mantém a estrutura original da encadernação e da ordenação dos seus três cadernos em pergaminho.

Abre com a tradicional “*Tavoada*” (fls. 3v-4) e, no fl. 5, a portada, com a letra inicial “D”, de *D(om Manuel per graça de Deus)*, ricamente desenhada e iluminada a cor e folha de ouro, intensificando a projecção e proveniência áulicas do documento normativo, ao mesmo tempo em que surpreende o destinatário, não pela inscrição iluminada das armas reais portuguesas manuelinas, como é mais vulgar no ciclo de produção foralenga dos alvares de 1500, mas antes pela afirmação numinosa do poder régio. Uma cercadura, de flores silvestres, recorda a influência, característica da Leitura Nova nacional, dos modelos decorativos góticos de livros de horas norte-europeus.

No fl. 22v, uma anotação marginal contabiliza a caligrafia do texto: “*letras lRbj*”, ou seja, “letras 96”, podendo referir-se ao custo em reais, uma vez que estes manuscritos eram pagos de acordo com várias parcelas

de despesa: pergaminho, cópia, letras de cor, caldeirões, encadernação e respectivas ferragens, para além das taxas de chancelaria.

Este manuscrito tem a particularidade de ter sido entregue ao Concelho, por Diogo de Soure, cavaleiro da Casa Real e almoxarife da Guarda, em 2 de Maio de 1515, aí tendo sido recebido por Pêro Pinto, alcaide da vila. Por lapso, contudo, o Foral não recebera a assinatura real, pelo que voltaria à Corte onde veio a ser finalmente autenticado pelo punho real de D. João III, em 30 de Abril de 1524, como se lê no fl. 20:

*“Nós el Rey fazemos saber a quamtos este noso allvara virem que a Nós disse ora Dioguo de Soure, cavalleiro de nossa casa, que levando elle por mandado del Rey meu senhor e padre, que santa groria aja, este forall da Villa de Castel Memdo com outros muitos para os entregar aos comcelhos e senhorios dos lugares ou seus officiaes, achara este por asynar por o dito senhor Rey meu <pay> que santa groria aja, passando por esquecimento. E Nós sem embargo disso queremos e mandamos que se guarde e cumpra inteiramente como se nele contem. Notefycamo-lo asy aos juizes e oficiãaes da dita villa e a todas nosas justiças a que o conhecimento pertencer e lhe mandamos que cumpram e guardem e façam cumprir e guardar o dito forall como se nelle contem.*

*Feito em Evora, aos xxbij de Janeiro. Afonso Mexia o fez de j- b<sup>c</sup> xxiiij.*

*(Assinaturas) Rey † — F. Rodericus. — Dom Antonio.”*

Também o original do Foral Manuelino de Almada, datando de 1 de Junho de 1513, se encontra nesta Biblioteca Geral, com a cota Ms. 12. Medindo, hoje, 195 por 265mm, foi sujeito, em data não afirmada, a restauro infelizmente extremamente mutilador. Da encadernação original apenas se aproveitou as ferragens (esferas armilares e escudo real, em cobre) enquanto, no interior, se eliminaram os fólhos primitivos que trariam os assentos das correições e se procedeu a um aparo muito invasivo dos cadernos de pergaminho.

Com 18 folhas de pergaminho, com caixa de texto pautada a tinta, como é habitual neste género de códices, contém, no fl. 3, uma bela portada

iluminada que segue o padrão mais vulgar e generoso das decorações dos forais reais de D. Manuel I. As armas reais, ladeadas por esferas armilares com o milésimo inscrito “1506”, ocupam o terço superior da página, debaixo das quais, num largo filactério, em capitais romanas, se insere a intitulação real “DOM MANVEL”, estando o restante texto diplomático em caixa rodeada por cercadura decorada por frondosa planta tocada por coloridos e frágeis seres como um caracol e uma borboleta.

D. Manuel I assinou este manuscrito por duas vezes. A primeira pela promulgação do foral (fl. 17v<sup>o</sup>) e, a segunda, pela adição que lhe foi introduzida, no fl. 18, relativa aos batéis de Cacilhas:

*“E porquanto per posturas da dita villa está posto e assentado que quando quer que forem requeridos os arraezes ou as pessoas que andarem nos batees de passagem de Cacilhas, pera vyrem a esta cidade de Lixboa, ora seja com muytas pessoas ou com poucas, que logo passem com ellas contanto que lhe dem sesenta<sup>2</sup> reais por aquella viagem. [E] por tanto seer rezoada a dita postura e necessaria, Nós a aprovamos com as cousas deste foral, com tal limitaçam que cada vez que os ditos arraezes e pessoas que andarem nos ditos batees ou barcos seendo requeridos nom quiserem passar pollo dito preço mandamos que paguem mil reais pera o alcaide desta cidade ou seus homeens. E decraramos mais que sendo sobr’isso cada huum dos ditos juizes da dita villa requeridos pera o fazer comprir se o assy logo nam fezerem partir com o dito preço os avemos por comdepnados por cada vez que a isso forem negligentes em dez cruzados d’ouro pera o espirital de Todollos Sanctos, nos quaees queremos que logo sejam eixecutados pollos oficiães do dito sprital.*

*Feita dia mês e ano segundo fica atraz.*

*(Assinatura) El Rey +”.*

---

<sup>2</sup> A palavra “sesenta” é de mão diferente.

### *O Livro Vermelho de D. Afonso V*

O conhecido manuscrito (Ms. 21) em que se traslada o *Livro Vermelho*, de D. Afonso V, original desaparecido cuja composição dataria dos anos de 1460-1470, exalta a escola gráfica cortesã portuguesa do primeiro terço de Quinhentos. Trata-se, como referimos, de uma cópia, executada em 1531, de um livro do *Africano*, danificado por água, tendo D. João III ordenado a sua reprodução:

*“Trellado do Livro Vermelho de tempo Dell Rey Dom Afonso, o quinto. O qual Amtonio Carneiro secretario Del Rei nosso senhor e do seu Comselho mandou trelladar do propio por este propio se molhar e daneficar com a aguoa de chuivas e do mar, partimdo Ell Rei Dom Joham o terceiro noso senhor d’Alcacer pera Setuvel, vimdo emtam d’Alvito, homde naceo o primcipe Dom Manuel noso senhor, em dia de Todos os Sanctos do anno de mil e quinhentos e trimta e hum, amtre as tres e as quatro oras depois de meio dia.”* (Fl. 21).

Manuscrito em papel, com 84 páginas em cinco cadernos, medindo 206 por 302 mm. Toda a cópia é devida a um copista real exímio. Isso verifica-se muito bem no caprichoso ornato a pena da inicial “T”, de *T(rellado)*, na portada, desenhando-se uma letra de padrão geométrico central mas profusa e largamente envolvida por ornamento floral denso em que pairam duas pequenas aves. O calígrafo desenvolve uma letra gótica muito redonda que prenuncia o conhecimento dos cânones gráficos humanísticos. A mancha gráfica é elegante e clara, disposta em parágrafos muito ordenados, separados uns dos outros por entrelinhas equidistantes. É, a todos os títulos, um belo exemplo da escrita portuguesa do ciclo da Leitura Nova.

Este manuscrito mantém a encadernação quinhentista, em couro, tipo luva, cosida em padrão geométrico de “XX” e de losangos, numa variante das encadernações hispânicas de laçarias, comuns ao tempo. Lavrada na capa lê-se a inscrição mais recente: “*Morgado do Vymeiro*”.

### *A Crónica de D. Afonso Henriques, de Duarte Galvão*

O Ms. 9 da Biblioteca é um dos códices portugueses quinhentistas com a *Crónica de D. Afonso Henriques*, de Duarte Galvão. Outros manuscritos coevos deste encontrar-se-ão na Torre do Tombo, na Biblioteca Municipal do Porto e na de Cascais. É um códice com as dimensões de 280 por 395mm e com sete cadernos de pergaminho, o primeiro dos quais, no entanto, mais tardio, contendo uma biografia, com uma bela gravura a cores, armoriada, cópia de retrato antigo de Duarte Galvão, e em letra setecentista, a sua biografia, da autoria de Lourenço Anastácio Galvão Mexia, sobrinho-neto do cronista.

O índice da Crónica, ocupando o segundo caderno (fls. 1-5), abre com a inicial “T” ornada de folhagens de acanto e de frutos, seguida pelo título inscrito a vermelho: *“Tavoada dos capitulos desta cronica del Rei Dom Affonso Anriquez primeiro Rei destes Regnos de Portugall”*. À sua volta, uma tarja pintada com fundos rectangulares azuis, verdes e róseos, preenchidos por ramagens, dá força de atracção ao fólio. O maior investimento decorativo, contudo, aparece na portada com o *“Prolloquo deregido ao serenissimo e muito poderoso principe el Rey Dom Manuel”* (Caderno 3, fl. I). O cânone decorativo é o da Leitura Nova na sua melhor expressão. Envolto por uma cercadura de azul que lembra portadas de livros impressos, povoada, em tinta prateada, de ramagens de acanto e jarrões ao gosto renascentista, de flores, de pequenas aves, de um pequeno sardo, com dois anjinhos alados no rodapé, envolvendo *tondo* com o monograma “IHS”.

No interior da moldura, o terço superior é dominado pelas armas reais de D. Manuel, o escudo inclinado, preso por correias ao elmo com coronel que o encima, paquife e timbre, sobre tapeçaria de brocado dourado. Envolvem as armas reais dois pequenos painéis com perfeitíssimos anjos tenentes da esfera armilar régia, pairando nos céus da idílica paisagem campestre que se mostra, os quais sublimam a epifania de um poder real lusitano pela graça de Deus.

Na caixa de texto, duas letras capitais inserem-se em fundos quadriculados, pincelados a uma só cor, ocre e verde, inscrevendo-se neles artificiosas letras de um alfabeto floral tipicamente renascentista. Este modelo de abecedário será reiterado nas capitulares do interior da

Crónica, associadas, no intercolúnio, a tarjas de ramagens muito coloridas. Algumas dessas letras dão espaço a agradáveis figuras ornitológicas. No fl. IIIv, do terceiro caderno, a letra capitular “D” é de ramagem que serve de poiso muito suave a um belo pássaro, enquanto, na tarja que o ladeia, se representa a meio corpo, com arnês militar e estandarte com as quinas reais, um Dom Afonso Henriques, configurado como jovem e quase mitológico guerreiro, tocando, com a mão esquerda, no corpo da própria letra inicial, num virtuoso efeito de associação entre imagem e palavra escrita.

A modernidade renascença da decoração da portada, bem como do abecedário e das tarjas dos demais fólhos desta Crónica, contrasta com o conservadorismo gráfico do calígrafo. De facto, faz-se sentir, na escrita gótica redonda librária deste manuscrito, tal como na própria morfologia ortográfica, a escola gráfica da Leitura Nova. O conjunto é, contudo, muito unitário e revela uma obra cuja composição cronológica deverá cair no segundo quartel de Quinhentos.

### **Manuscritos sobre os Descobrimentos Náuticos**

Já mais recentemente, por desvelos dos Doutores Charles Boxer e Luís de Albuquerque, entrou na Biblioteca Geral um designado “*Códice de Bastião Lopes*”. Trata-se de um pequeno *in 8º*, em papel, que só no princípio oferece interesse, porquanto traz umas Tábuas de Navegação Astronómica, manuscritas, de meados do Século XVI.

A referência a Bastião ou Sebastião Álvares, resulta de uma anotação de inícios do segundo terço de Quinhentos, pela qual se declara que a sua mulher deveria receber algumas arrobas de açúcar no retorno de uma nau que partia para o Brasil. No final deste pequeno livro, em letra seiscentista e em língua italiana, lê-se uma oração eventualmente da responsabilidade de algum missionário.

O caderninho com as Tábuas Náuticas, contudo, poderá atribuir-se à oficina cartográfica lisboeta de Sebastião Álvares, dadas as relações, atestadas pelo registo de abertura do manuscrito, com o seu primitivo proprietário, decerto piloto ou comerciante português interessado no comércio do açúcar.

São muito valiosas as *Tábuas dos Roteiros da Índia* (Ms. 33), atribuídas a D. João de Castro, nas quais se representam, em perspectiva cartográfica, cidades e paisagens índicas pelas quais se interessaram os Portugueses de Quinhentos. Trabalho de cartografia e de arte, aguarelado, deverá datar, atendendo aos caracteres paleográficos (v. g., fls. 36v-37) de inícios do segundo terço do Século XVI. Apresenta 29 perspectivas das povoações e portos de Goa, a Velha, Carapatam, Baía de Ceitapor, Dabul, Damba, Chaul, Cifardam, Beçoim, Enseada de Pêro Soares, Rio Betele, Quelecim, Dio, Sacotorá, Aguada do Xequê, Porto de Calacea, Portas do Estreito, Porto de Maçua, Suaquem, Porto de Dradate, Fuxa, Baía dos Agravados ou Arequeiam Farate, Quilfe, Gigiudi, Porto de Xarmalcoemat, Toro e Suez. O seu interesse histórico, artístico e científico motivou já a publicação deste manuscrito, com estudo do Doutor Luís de Albuquerque, em 1988.

Data de 1593, o Ms. 440, que leva por título “*Livro de lembranças dos planetas repartidos em quatro tratados*”, aparentemente da autoria de um religioso ligado à Ordem dos Eremitas de S. Paulo, redigido “*tudo sub censura Sanctae Matris Ecclesie*” e feito “*ad laudem Dei*”. Manuscrito em letra humanística itálica de tendência algo cursiva ou processada, com 142 + III folhas de papel, deixa entrever a formação intelectual compósita do seu redactor que divide a obra em quatro livros: o primeiro trata da Lua; o segundo do Sol; o terceiro dos cinco planetas e o quarto de “*cousas diferentes e curiosas*”, das quais “*algumas vam em latim e outras em romance pera que quem o não souber posa gozar das que achar em romance.*” (Fl. I).

É um códice profusamente ilustrado, no qual o saber judicioso astrológico emparelha com capítulos científicos dedicados à astronomia, à marinharia e à cosmografia lusas da segunda metade de Quinhentos. Muitas das páginas coloridas apresentam engenhosos desenhos com peças articuladas que se movimentam. Se, na abertura, o pensamento do autor não identificado deste manuscrito vai para o louvor hagiográfico a S. Paulo, Primeiro Eremita, com soneto e glosa adequada, logo depois passará a incidir em matérias mais experienciais e científicas que traduzem muito bem o saber prático dos navegadores portugueses de Quinhentos.

Neste domínio, interessará anotar algumas das entradas alusivas às técnicas e conhecimentos próprios da marinharia oceânica:

“20 – Começa a tavoada que ensina em quantos graos anda o Sol cada dia.

21 a 25 – O mesmo.

26 – A tavoada que ensina a justar o verdadeiro lugar do Sol alem das tavoadas já ditas.

27 – Regra que insina a traçar o astrolabio e as laminas dele.

28 – A primeira lamina do astrolabio.

29 – Affectiones anime quae sint.

30 – A 2<sup>a</sup> lamina do astrolábio.

(...)

32 – A 3<sup>a</sup> lamina do astrolabio e como se a-de traçar o zodíaco.

33 – A regra que insina a traçar o plenisferio.

34 – A figura do plenisferio.

35 – A demonstração de como se a-de traçar o plenisferio.

(...)

41 – 4 regras que insinam a tirar a altura do Sol e sua declinação.

(...)

59 – Regra pera se traçar o astrolabio.

60 – Hum quadrante pera por elle se poder navegar com os 32 rumos.

61 – Regra que ensina quantas legoas se correm por cada grao.

62 – A demonstração e figura pera usar da sobredita regra.

(...)

92 – Regra pera saber em que altura está huma nao que vai navegando por mar.

93 – Demonstraçam como se a-de traçar a balhestilha pera tomar as alturas.

94 – A regra dos 3 pontos e o baculo mensario.

95 – Demonstraçam pera medir a distancia dos lugares.

96 – Relógio pera os que tiverem 38 graos d’altura do pollo.

97 – Relógio universal pera todas as alturas onde o quiserem traçar.

(...)

103 – Tratado das alturas dos povos insignes pera se saber o tempo dos eclipses do Sol e da Lua.”



O sentido do saber neste texto é eminentemente prático e demonstrativo denunciando a actualizada informação náutica de que dispunha o autor. Isso verifica-se bastante bem, por exemplo, a propósito da explanação acerca do modo de calcular a longitude, tendo em conta que estamos ainda em 1593:

*“Nota que cada 15 graos que hum lugar estiver apartado do outro em huma mesma altura, e estando o tal lugar a leste do outro se a-de acrecentar huma ora e se estiver ao poente se a-de diminuir aquela ora, verbi gratia, quando em Lixboa for meio dia, no outro lugar que estiver a leste espaço de 15 graos de 17 legoas e meã cada grao que são 262 legoas e mea de distancia será no tal lugar huma ora depois de meo dia. E se outro lugar estiver ao ponente de Lixboa espaço de 15 graos que sam outras 262 legoas e meia seram no tal lugar onze oras, porque o Sol gira em 24 oras todo o âmbito da terra e agoa e anda cada 15 graos huma ora, e em 24 oras corre todo o zodíaco que são 360 graos, por onde fica claro que todo o globo de terra e agoa contem o seu âmbito 6300 legoas.” (Fl. 37).*

Interessam ainda à curiosidade científica deste português as terapêuticas medicinais (“13-15 - *Regra pera saber o medico aplicar as medicinas e sangrias e purgas a seus doentes e os dias de que se a-de guardar o mesmo*”; “83 - *Figura pera o medico saber em que parte da cabeça a-de sangrar o paciente*”), e o cômputo das letras dominicais, úteis à consulta das tábuas astronómicas, naturalmente, mas também ao encontro das festas religiosas, como se esperaria, aliás, da curiosidade intelectual de um religioso regular (“84 - *Regula de littera dominicali invenienda. 85 – Tabula ad litteram dominicalem inveniendam ab anno correctionis [1582] in perpetuum. 86 – Regra pera achar a letra dominical e festas mudáveis per anno. 87 – Manus ad inveniendam festa mobília in perpetuum. 88 – Regula ad inveniendam festa mobília in perpetuum. 89 – Figura ad inveniendum sanctum pascha Domini etc etera festa mobília. 90 – Item alia figura angeli ad inveniendum festa mobília per 15 annos. 91 – Figura de ubertate et sterilitate.*”)

A oferta de manuscritos do Século XVI da Biblioteca Geral de Coimbra relacionados com a náutica lusitana tem no mapa da Europa e do Mediter-

râneo, dito de Diogo Homem, de cerca de 1566, um dos seus mais valiosos tesouros (Cofre, Ms. 35). Este conjunto de manuscritos de temática náutica não fica completo sem uma referência ao *Livro de Gonçalo de Sousa*, capitão da galeão Santiago e comendador da Ordem de Cristo, o qual, ainda que com redacção iniciada por 1627, não deixa de traduzir uma memória que vem de Quinhentos, mormente pela inclusão de cópias dos regimentos de armadas portuguesas da década de 1570 e, depois, de outras já do primeiro terço de 1600, em português e em castelhano, bem como pela tratadística que compila relativa à construção e à variedade de navios de fabrico europeu ou dos estaleiros indianos utilizados nas rotas do Atlântico e do Índico (Ms. 3074).

### *Um Ritual de Baptismo*

De composição coimbrã, e muito provavelmente do último terço de Quinhentos, é o Ritual do Baptismo (Ms. 20), composto por 18 fólios de pergaminho com as dimensões de 195 por 288mm. O cânone gráfico do copista é a bela escrita humanística ou itálica redonda, de grande efeito estético, recorrendo-se a abecedário renascentista floreado para as letras capitulares. As maiúsculas ornamentadas, a sépia ou a cores e dourado, recolhem, com liberdade criativa, temas ornitológicos, vegetalistas, zoomórficos e, com específica evidência, tipo “tronco de árvore”.

No fl. 3 aparece, dentro de uma moldura lavrada de flores aguadas de cor rósea suave, um título em moldura de espelho, ladeado por duas aves e, no interior, a vermelho a epígrafe: “*Segue se o officio do bautismo, & perguntará como se chama a creatura que se ha de bautizar, & nomeando a dirá*”. O “*Q*”, da pergunta que o sacerdote deveria proferir (“*Qvid petis ab Ecclesia Dei?*”), emparceirando com as suaves tonalidades de fundo da ornamentação da lauda.

Todas as demais iniciais capitulares, de máximo efeito cénico, revelam um calígrafo profissional de grande domínio técnico e sensibilidade pictórica. Não pode deixar de ser manuscrito feito para a Sé de Coimbra por encomenda. Não faltam na Coimbra quinhentista exemplos de profissionais da escrita bem conhecedores das belas letras. O exercício estético patente neste Ms. 20 da

Biblioteca Geral deve colocar-se no catálogo de alguns outros manuscritos conimbricenses quinhentistas mormente o *Bulário Magno* do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, existente no Arquivo da Universidade.

### **O Livro das “*Coplas às Armas da Nobreza de Portugal*”**

Integra o legado do Visconde da Trindade, o armorial, em papel, com os brasões da Nobreza de Portugal, vários deles acompanhados por coplas atribuídas a D. João Ribeiro Gayo, filho de D. João Afonso de Leça e de D. Beatriz de Couro, bispo de Malaca, desembargador da Casa do Cível e presidente da Justiça, em Goa. As suas primeiras 93 folhas estão em branco, iniciando-se, depois, o armorial versificado, paginado de 1 até 153, com um último brasão incompleto na página 155.

É manuscrito quinhentista, decerto de inícios do terceiro terço dessa Centúria, como aponta o alfabeto humanístico cursivo que aí se usa, para além de alguns referências coetâneas do autor, como a que alude ao III Conde da Atouguia, D. Luís de Ataíde, vice-rei da Índia e conquistador, em 1569, de Onor e Barcelor, na Costa do Canará. É possível que o manuscrito tenha sido acrescido de texto ou “coplas” em anos mais tardios, como resulta na página 9, da alusão a 1590, encontrando-se Portugal já debaixo do domínio espanhol. O livro possui um “*Index*”, seiscentista, nas laudas finais.

O elenco heráldico, muito ilustrado de singelas aguarelas, percorre as principais casas da Nobreza do Reino. Junto de vários desses brasões aparecem coplas versificadas com ingénuo esforço de composição. Na página 2, por exemplo, o escudo de Portugal é brindado pelas estrofes:

*“Com estas forão vencidos  
Europa e Asia potente  
Africa e os antipodas  
Da outra ignota gente  
A lei de Deos convertidos.*

*Cruz em campo prateado  
Ao primeiro Afonso dotou  
Por armas Cristo, e mostrou  
As mãos, os pees e costado  
Donde elle as quinas tirou.”*

O escudo de Castela e Leão, por seu turno, merece singelo encómio no qual se alumeia o imperial senhorio filipino:

*“Da gótica geração  
das Espanhas defensores  
della e delas vingadores  
são estes deste brasão  
em todo o mundo senhores.”*

Já, a propósito dos Caldeiras, se canta a Batalha Real de Aljubarrota, assim anotando a raiz e o propósito lusitano que enforma a produção deste manuscrito heráldico e poético:

*“Nessa batalha real  
aos castelhanos tomou  
a caldeira de metal  
o deste, a quem como tal  
o tal nome lhe ficou.”*

Abundam as coplas, que não são sistemáticas em todas as páginas, entre as laudas 12 e 41. Na lauda 37, por exemplo, elogia-se o Duque de Bragança, anotando-se um certo sentimento anti-castelhano:

*“Nem Castella nem França  
há outro maior senhor  
de vassallos que ho Bargaça  
de Portugal defensor  
e de castelhanos vingança.”*

Na página seguinte, por seu turno, o poeta manifesta-se mais generoso para com os Ataíde, assim anotando, aqui como no elogio de outras grandes famílias, as motivações e as redes sociais de favores em que os criadores e artistas portugueses da segunda metade de Quinhentos, independentemente do seu berço, se movimentavam:

*“Esta casa d’Atouguia  
ho que <tem> em Minho e Douro  
fez cousa d’alta valia  
vencerão hum grande rey mouro  
isso faz oje em dia.*

*Don Luis viso rey das Índias  
em Santa Cruz de Riba Favrega  
entre Douro e Minho estaa  
huum casal que se chama d’Ataide  
donde dizem que esta geração teve  
principio e tomou o appellido.”*

### ***Cartas Espanholas Executórias de Fidalguia***

Conta a Biblioteca Geral, ainda no fundo legado pelo Visconde da Trindade, três manuscritos espanhóis quinhentistas de cartas de fidalguia. Estes diplomas de concessão e reconhecimento de brasão de armas apresentam-se em forma de pequenos manuscritos em pergaminho profusamente iluminados. Data de 27 de Janeiro de 1546, Granada, a confirmação, pelo rei D. Carlos, do estatuto de fidalguia a D. Hernando de Narvaes, vizinho de Antequera (Granada) (VT, 19-8-25). O manuscrito, com capa de pergaminho em que ressalta, gravado a folha de ouro, *o super libros* do Visconde da Trindade, com 210 mm de largo por 305mm de altura, possui 28 fólios de bom pergaminho, de 36 linhas por fólio preenchidas com uma elegante escrita gótica redonda próxima dos modelos gráficos da “Leitura Nova” espanhola característicos do reinado isabelino.

Os fls. 1v-2 desta carta são totalmente iluminados. Na primeira lauda, o canto superior esquerdo é preenchido por uma graciosa Anunciação,

enquanto a tarja de rodapé porta o brasão. Orna toda a composição uma cercadura com grotescos e dois tondos com simbólica da Paixão de Cristo. Compagina esta composição o fl. 2, no qual se admira idêntica cercadura e, no fundo, em moldura generosa, a cena, de sugestão santiaguista mas sem expressão dos símbolos canónicos jacobeus, de um cavaleiro de arnês renascentista decapitando alguns inimigos. Os testemunhos dos depoentes que atestam a nobreza de sangue de D. Hernando de Narvaes abrem em pequeno filactério decorado a azul e ouro.

De 8 de Março de 1546, Valladolid, é a carta de fidalguia concedida pelo mesmo soberano a San Juan de Jauregui, vizinho de Segóvia (VT, 19-8-26). O modelo deste manuscrito é muito próximo do anterior, posto que tenha apenas 20 folhas de pergaminho, com as dimensões de 228 por 340mm. A maior ornamentação observa-se no fl. 1v, abrindo com o brasão do agraciado, cercado por tarjas com motivos que lembram claramente os modelos ganto-burgenses de inícios de Quinhentos. A soleníssima intitulação real inscreve-se em maiúsculas a tinta de ouro de bela morfologia vegetalista. Nas demais páginas, marcam-se, a azul e ouro, os pontos de abertura dos testemunhos dos depoentes favoráveis ao fidalgo ou as expressões diplomáticas notificativas.

Mais tardia, de 13 de Agosto de 1569, Valladolid, é a “*carta executoria de hidalguia*” concedida pelo rei D. Filipe ao Licenciado Juan de Prado de Bivar, vizinho de Griñon (Toledo) (VT, 19-8-27). Diferencia-se das anteriores pela encadernação, a carneira gravada a frio com temas renascença, aí se lendo a inscrição: “*E\*STA EXECVTORIA \* ES DEL \* LIÇENÇIADO \* PRADO \* DE \* VIVAR*”. Medindo 240 por 335 mm, conta 26 fólhos de bom pergaminho. No fl. 1v encena-se, num cromatismo vibrante, um momento de devoção de familiares do agraciado à Virgem Rainha com o Menino Deus ao colo, pintados a meio corpo, dentro da letra maiúscula “D”. Dela nasce, em alfabeto muito floreado e bem ao gosto renascentista, a intitulação nobre de D. Felipe. O fl. 2 recolhe uma cercadura preenchida por motivos ganto-burgenses. Nos fólhos 16, 18v e 20v, por seu turno, aparecem rúbeas e monumentais cercaduras, pontuadas por jóias de ouro, safiras e pérolas, denunciadoras das fortes sensibilidades colóricas hispano-mediterrânicas. Filactérios intra-textuais intensificam o discurso diplomático do rei e o verbo feito poder, como no fl. 16, “*FALLAMOS que el dicho liçençiado Juan de*

*Prado de Bivar provo bien*” ou 18vº: “*FALLAMOS que los alcaldes de los hijos dalgo e noctaves del Reyno de Toledo que desto pleyto conocian*”, fl. 10v: “*EN EL PLEITO ... FALLAMOS*” ou, no fl. 21v, um solene “*PORQUE vos mandamos...*” No fólho vigésimo, a cercadura enuncia o mote: “*NON \* VENE \* PRO TOTO LIBERTAS VENDITVR \* AVRO*”.

### **Bibliografia**

- ALBUQUERQUE, Luís de, *O Códice de Bastião Lopes*, Coimbra, Junta de Investigações do Ultramar, 1974.
- IDEM, “Textos portugueses mal conhecidos respeitantes à marinha dos séculos XVI a XVII”, in *Estudos de História*, Vol. IV, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1976, pp. 259-361: 291-295.
- IDEM, DEBERGH, Minako, e DESTOMBES, Marcel, *Um portulano de Diogo Homem (c. 1566) na Biblioteca Geral da Universidade. Homenagem a Marcel Destombes*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1988.
- IDEM, “Introdução”, in *Tábua dos Roteiros da Índia de D. João de Castro. Códice 33 da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, Lisboa, Edições Inapa, 1988, pp. 1-12.
- BORGES, José G. Calvão, *O Cancioneiro de Armaria e «El Armorial Versificado»*, Porto, separata de *Genealogia Heráldica*, s.d.
- CASTRO, Aníbal Pinto de, “Introdução”, in *Livro de Horas. Ms. Do Séc. XV da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (edição fac-similada)*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1995, pp. I-XX.
- COSTA, Avelino de Jesus da, *Álbum de Paleografia e Diplomática Portuguesas*. Vol. 1. *Estampas*, Coimbra, Instituto de Paleografia e Diplomática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1996.
- DIAS, Paulo Jorge M. H., *Estudo Codicológico da Crónica de D. Afonso Henriques de Duarte Galvão (BGUC, Cofre 9)*, [Relatório policopiado apresentado na Cadeira de Codicologia], Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007.
- DOMINGUES, Francisco Contento, *Os Navios do Mar Oceano. Teoria e empiria na arquitectura naval portuguesa dos séculos XVI e XVII*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004.

- IDEM, *Navios e Viagens. A experiência portuguesa nos séculos XV a XVIII*, Lisboa, Tribuna, 2007.
- GOMES, Liliana Isabel Esteves, *Análise codicológica de um Ritual para administração do Baptismo*, [Relatório policopiado apresentado na Cadeira de Codicologia], Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2004.
- ILUMINURA (A) em Portugal (Dir. Martim de Albuquerque), Lisboa, Fundação Cidade de Lisboa e Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1990.
- INVENTÁRIO dos Códices Iluminados até 1500, Livro 2, (Coord. Isabel Vilares Cepeda), Lisboa, Ministério da Cultura - Biblioteca Nacional, 2001, pp. 80-91.
- LEROUAIS, Abbé V., *Les Livres d'Heures Manuscrits de la Bibliothèque Nationale*, T. 1, Paris, Bibliothèque Nationale, 1927; *Supplément*, Macon, Protat Frères, Imprimeurs-Éditeurs, 1943.
- LIVRO de Horas. Ms. do Séc. XV da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (edição fac-similada), (Introdução de Aníbal Pinto de Castro), Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1995.
- MONTECCHI, Giorgio, *Il libro nel Rinascimento. Saggi di bibliologia*, Milão, Ed. La Storia, 1994.
- MORAIS, Francisco de, *Da miniatura medieval e sua relação com os códices miniaturados da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, separata de “Biblos”, Coimbra, 1929.
- PEREIRA, F. M. Esteves, “Os Manuscritos Iluminados”, in *O Occidente. Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro*, XVII (1894).
- PETRUCCI, Armando, *Breve storia della scrittura latina*, Roma, Bagatto Libri, 1992.
- REMÉDIOS, Mendes dos, *As “Horas de Nossa Senhora” da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1906.
- TÁBUA dos Roteiros da Índia de D. João de Castro. Códice 33 da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Lisboa, Edições Inapa, 1988
- TRANCHO, Maria de Fátima Marques, *Fragments de Pergaminho na Secção de Manuscritos Musicais da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, [Relatório policopiado apresentado na Cadeira de Codicologia], Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2004.





© BGUC

Fig. 1: BGUC – *Mapa de Diogo Homem* (Século XVI).



© BGUC

Fig. 2: BGUC – Ms. 13, *Livro de Horas da Gloriosíssima Virgem*, fl. 56 v.

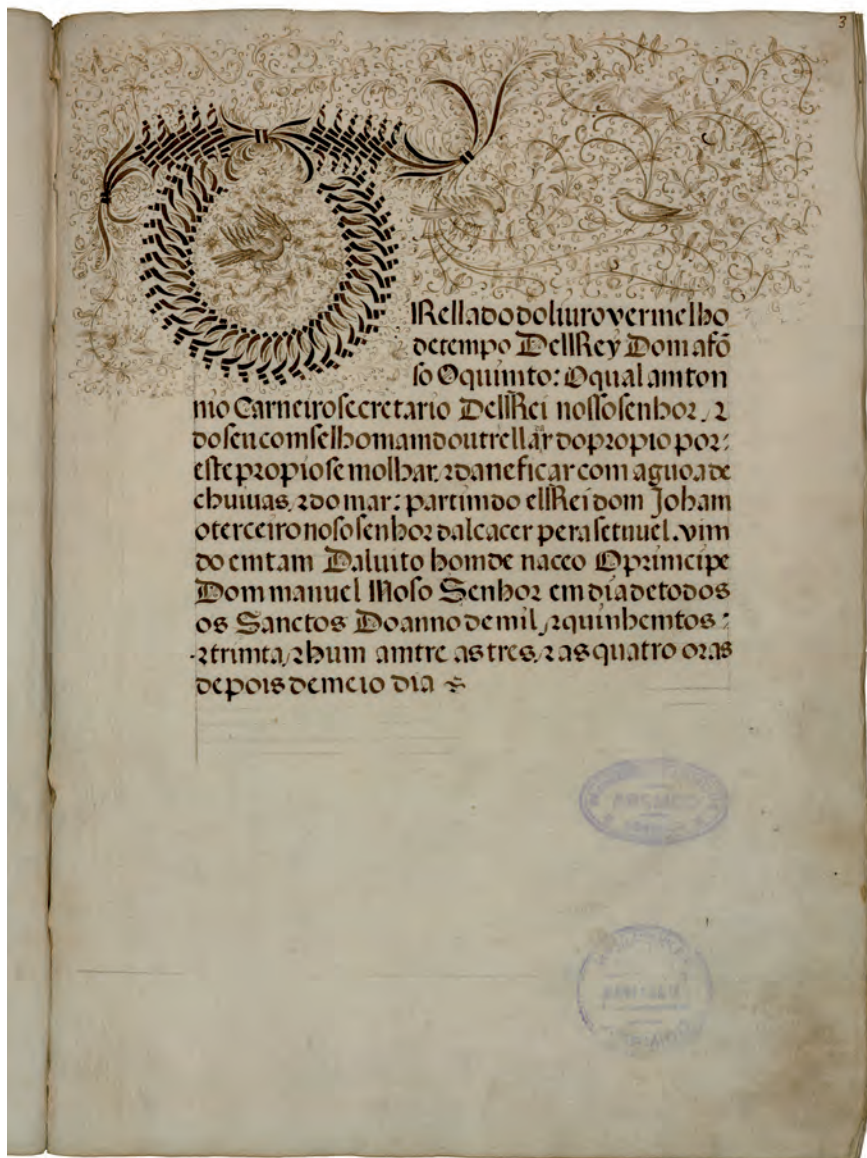


Fig. 3: BGUC – Ms. 21, *Livro Vermelho de D. Afonso V*, fl. 3.



Fig. 4: BGUC – Ms. 9, *Crónica de D. Afonso Henriques*,  
de Duarte Galvão, fl. I.



Fig. 5: BGUC – Ms. 33, *Tábuas dos Roteiros da Índia*, de D. João de Castro, Tábua de Dabul.



Fig. 6: BGUC – Ms. 33, *Tábuas dos Roteiros da Índia*, de D. João de Castro, *Tábua da Aguada do Xeque*.

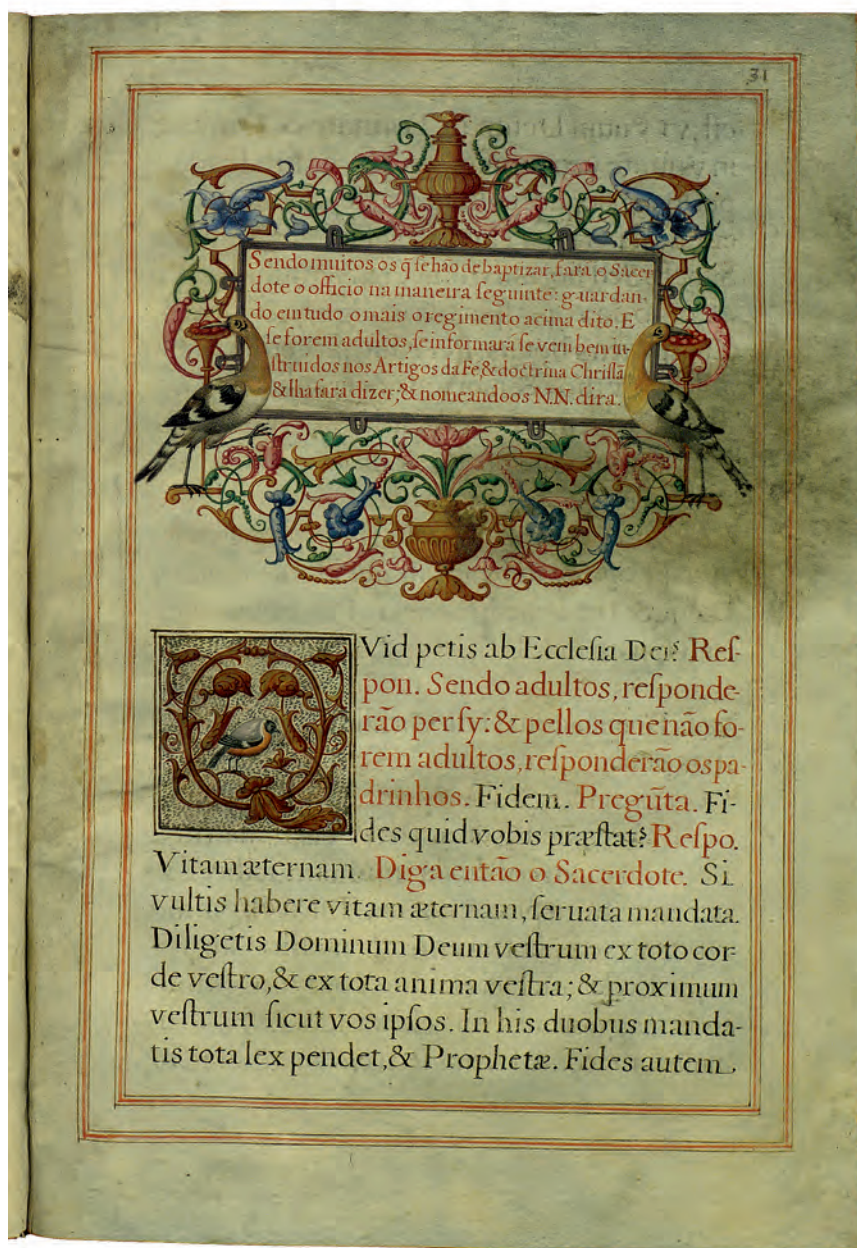


Fig. 7: BGUC – Ms. 20 – Ritual do Baptismo, p. 31.



Fig. 8: BGUC – Legado do Visconde da Trindade, *Coplas às Armas da Nobreza de Portugal*, págs 1 e 2.





© BGUC

Fig. 9: BGUC – Legado do Visconde da Trindade, 19-8-25 – Carta Execut3ria de Fidalguia em favor de D. Hernando de Narvaes, vizinho de Antequera (Granada). (1546).



© BGUC

Fig. 10: BGUC – Legado do Visconde da Trindade, 19-8-27 – Carta Executória de Fidalguia em favor de Juan de Prado de Bivar, vizinho de Griñon (Toledo). (1569).



© BGC

Fig. 11: BGUC – Legado do Visconde da Trindade, 19-8-26 – Carta Execut3ria de Fidalguia em favor de San Juan de Jauregui (Seg3via). (1546).



Fig. 12: BGUC – Legado do Visconde da Trindade, 19-8-26 – Carta Executória de Fidalguia em favor de San Juan de Jauregui (Segóvia). (1546).

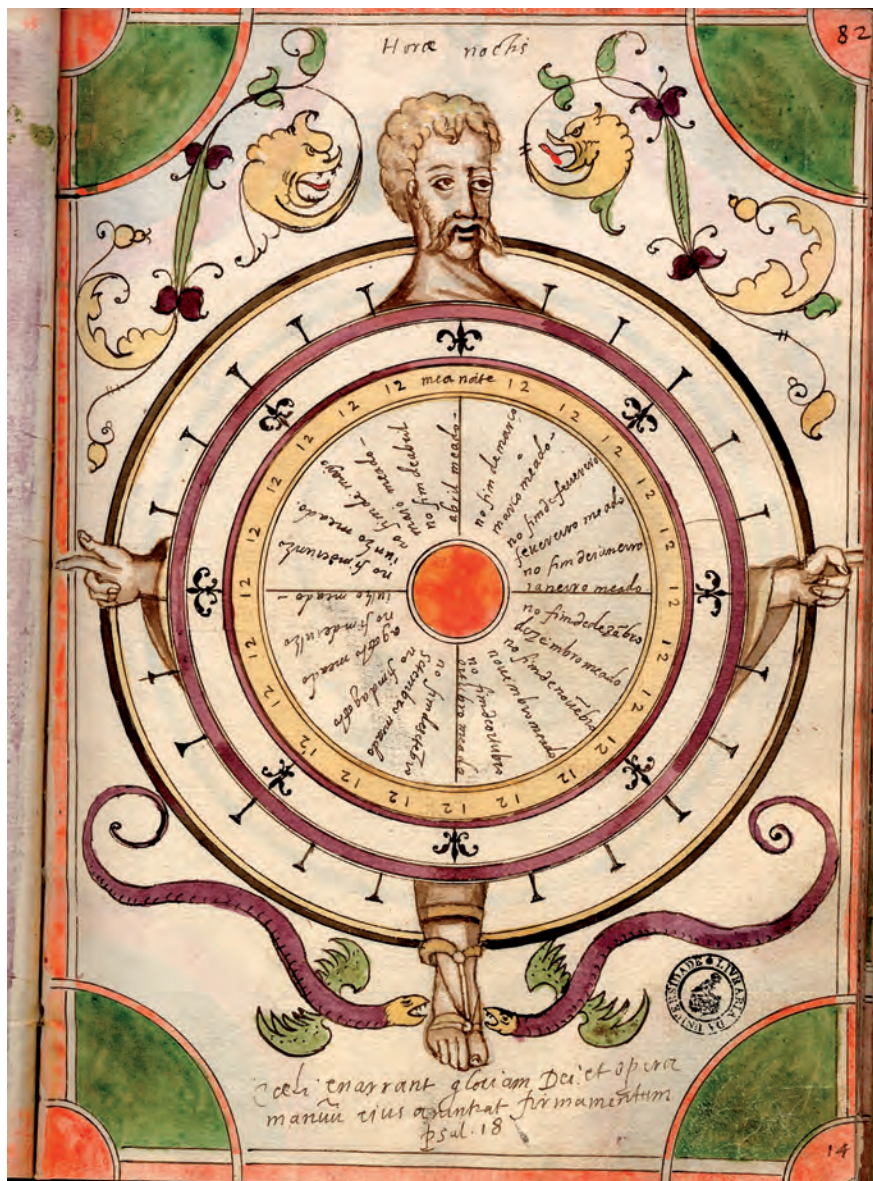


Fig. 13: BGUC – Ms. 440, Livro das Lembranças dos Planetas, fl. 82.



Fig. 14: BGUC – Ms. 440, Livro das Lembranças dos Planetas, fl. 89.





Fig. 16: BGUC – Ms. 440, Livro das Lembranças dos Planetas, fl. 104.





Fig. 17: BGUC – Ms. 440, *Livro das Lembranças dos Planetas*, fl. 105.



Fig. 18: BGUC – Ms. 440, Livro das Lembranças dos Planetas, fl. 136.

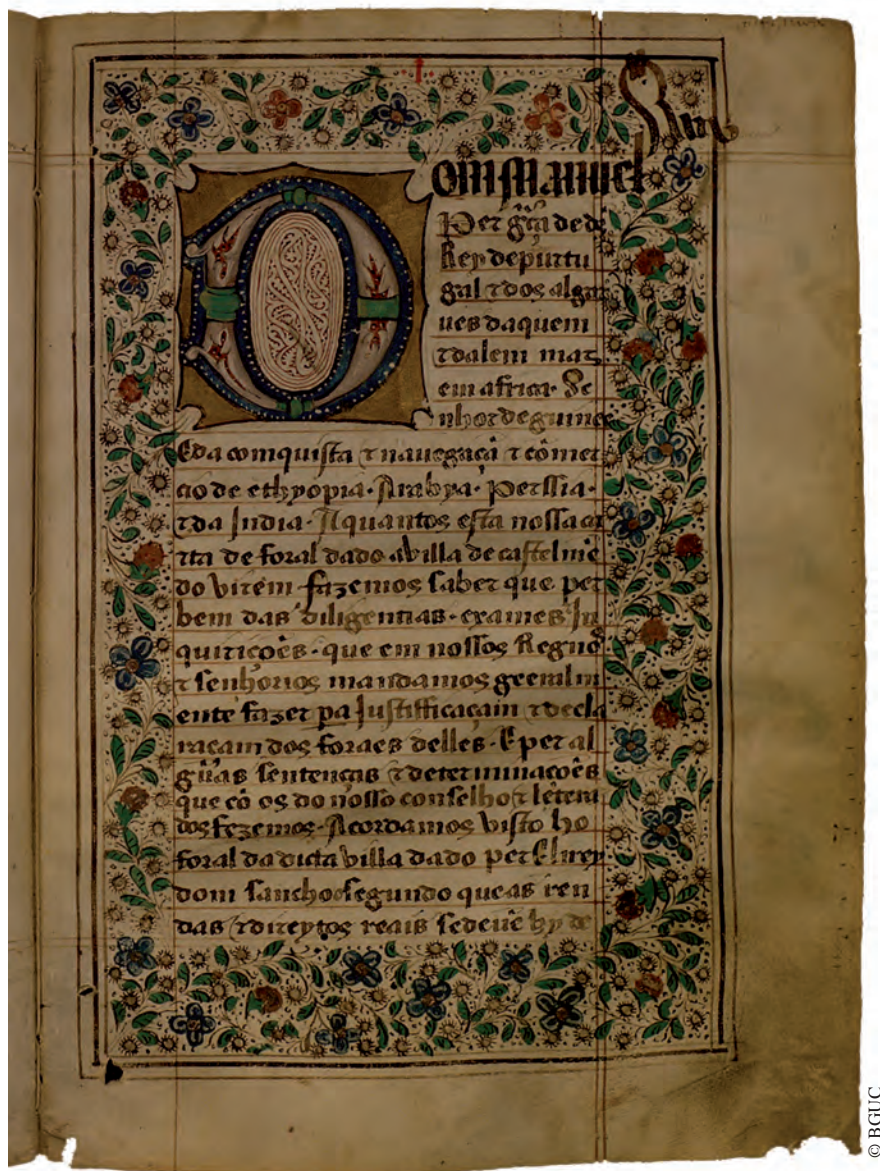


Fig. 19: BGUC – Cofre, Ms. 27, *Foral de Castelo Mendo*, de 1510, fl. 5.